

## Ações no Espaço Universitário para Acesso ao Ensino Superior de Grupos Vulneráveis

*Actions in the University Space for Access to Higher Education for Vulnerable Groups*

*Acciones en el Espacio Universitario de Acceso a la Educación Superior de Grupos Vulnerables*

Maria Cristina Rosifini **ALVES REZENDE**

*Professora Associada, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Odontologia de Araçatuba, Departamento de Materiais Odontológicos e Prótese, 16015-050 Araçatuba - SP, Brasil*  
<https://orcid.org/0000-0002-1327-9667>

Ariani da Silva **CORREA**

*Acadêmica do Curso de Graduação em Odontologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Odontologia de Araçatuba, 16015-050 Araçatuba - SP, Brasil*  
<https://orcid.org/0009-0005-9200-6809>

Bruna Santos da Silva **GASQUES**

*Acadêmica do Curso de Graduação em Odontologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Odontologia de Araçatuba, 16015-050 Araçatuba - SP, Brasil*  
<https://orcid.org/0000-0003-4035-4965>

Kivia Rayane Rocha **LADEIA**

*Acadêmica do Curso de Graduação em Odontologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Odontologia de Araçatuba, 16015-050 Araçatuba - SP, Brasil*  
<https://orcid.org/0009-0008-7662-8511>

Leomar Sena Bessa da **SILVEIRA**

*Acadêmico do Curso de Graduação em Odontologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Odontologia de Araçatuba, 16015-050 Araçatuba - SP, Brasil*  
<https://orcid.org/0009-0000-7799-9148>

Leticia Conceição dos **SANTOS**

*Acadêmica do Curso de Graduação em Odontologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Odontologia de Araçatuba, 16015-050 Araçatuba - SP, Brasil*  
<https://orcid.org/0009-0005-9640-4177>

### Resumo

Estratégias para que jovens e adultos concluam o ensino médio, fortalecimento de recursos comunitários como cursinhos pré-vestibulares gratuitos voltados ao público trabalhador e aos jovens de escolas públicas, assim como a consolidação de políticas de ações afirmativas e das estratégias de assistência estudantil, têm criado condições fundamentais para o acesso e a permanência desses jovens em situação de vulnerabilidade no espaço universitário. O Cursinho Pré-Vestibular da Faculdade de Odontologia de Araçatuba (UNESP) obedece ao objetivo 4 dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), visando dar acesso ao ensino de qualidade a alunos, tornando-os mais competitivos para o vestibular. O presente estudo reflete sobre a ação afirmativa protagonizada pelo Cursinho Pré-Vestibular D.A.C.A. FOA/UNESP, na medida em que prepara para acesso ao ensino superior jovens e adultos vulneráveis, provenientes tanto do ensino médio de escolas públicas, quanto bolsistas do ensino médio das escolas privadas. Desse modo, na busca da ampliação do acesso ao Ensino Superior, situa-se estrategicamente na superação e enfrentamento da desigualdade, em uma perspectiva de justiça e equidade social.

**Descritores:** Universidades; Educação Superior; Iniquidade Social.

### Abstract

Strategies to help young people and adults' complete high school, strengthen community resources such as free college preparatory courses aimed at working people and young people from public schools, and consolidate affirmative action policies and student assistance strategies have created fundamental conditions for these vulnerable young people to access and remain in the university environment. The Preparatory Course at São Paulo State University (UNESP), School of Dentistry, Araçatuba, complies with objective 4 of the Sustainable Development Goals (SDGs) and the 2030 Agenda of the United Nations (UN), aiming to provide access to quality education for students, making them more competitive for college entrance exams. This study reflects on the affirmative action carried out by the Preparatory Course at São Paulo State University (UNESP), School of Dentistry, Araçatuba, as it prepares vulnerable young people and adults, both from public high schools and scholarship holders from private high schools, for access to higher education. Thus, in the search for expanding access to Higher Education, it is strategically situated in overcoming and confronting inequality, from a perspective of justice and social equity.

**Descriptors:** Universities; Education, Higher; Social Inequity.

### Resumen

Las estrategias para ayudar a jóvenes y adultos a concluir la enseñanza media, el fortalecimiento de recursos comunitarios como cursos preparatorios gratuitos para la universidad dirigidos a personas trabajadoras y jóvenes de escuelas públicas, y la consolidación de políticas de acción afirmativa y estrategias de apoyo estudiantil han creado condiciones fundamentales para que estos jóvenes vulnerables accedan y permanezcan en el ambiente universitario. El Curso Preparatorio de la Universidad Estadual Paulista (UNESP), Facultad de Odontología de Araçatuba, cumple con el objetivo 4 de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) y la Agenda 2030 de las Naciones Unidas (ONU), con el objetivo de proporcionar acceso a una educación de calidad a los estudiantes, haciéndolos más competitivos para los exámenes de ingreso a la universidad. Este estudio reflexiona sobre la acción afirmativa realizada por el Curso Preparatorio de la Universidad Estadual Paulista (UNESP), Facultad de Odontología de Araçatuba, en la preparación de jóvenes y adultos vulnerables, tanto de escuelas secundarias públicas como becarios de escuelas secundarias privadas, para el acceso a la educación superior. Así, en la búsqueda de ampliar el acceso a la Educación Superior, se sitúa estratégicamente en la superación y enfrentamiento de la desigualdad, desde una perspectiva de justicia y equidad social.

**Descriptores:** Universidades; Educación Superior; Inequidad Social.

### INTRODUÇÃO

Shavit e Bolssfeld<sup>1</sup> questionam se a expansão dos sistemas de ensino e democratização do acesso possibilitaram de fato a redução das desigualdades de oportunidades

O exame de ingresso ao Ensino Superior denominado vestibular foi criado no século

passado, em 1911, por meio do Decreto Federal nº 8.659, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República, a princípio como de exame de seleção para o ingresso em curso superior e somente quatro anos mais tarde como vestibular<sup>2</sup>.

Estratégias para que jovens e adultos

concluem o ensino médio, fortalecimento de recursos comunitários como cursinhos pré-vestibulares gratuitos voltados ao público trabalhador e aos jovens de escolas públicas, assim como a consolidação de políticas de ações afirmativas e das estratégias de assistência estudantil, têm criado condições fundamentais para <sup>12</sup>o acesso e a permanência desses jovens em situação de vulnerabilidade no espaço universitário<sup>3</sup>.

Mitulis e Penin<sup>4</sup> ressalvam que a partir dos anos 1980 houve a multiplicação de projetos sociais buscando a democratização do acesso à universidade pública, por meio da criação dos cursinhos populares.

Para Klein et al.<sup>5</sup> os cursos pré-vestibulares comunitários/populares podem ser entendidos como ações inclusivas no Ensino Superior para acesso/ingresso no Ensino Superior, na medida que se caracterizam como verdadeiros movimentos sociopolíticos de empoderamento, diversidade cultural e cidadania ativa.

Zago<sup>6</sup> acrescenta que os cursinhos pré-vestibulares comunitários/populares buscam sobretudo combater as desigualdades do sistema educacional, democratizando o ensino superior, oportunizando que estudantes de grupos sociais tradicionalmente excluídos frequentem um cursinho preparatório para o vestibular de maneira gratuita ou contribuindo com mensalidades simbólicas. A autora destaca a sua importância, justificada pelo aumento da demanda pelo ensino superior impulsionada pela expansão do ensino básico, urbanização crescente e transformações do mercado de trabalho.

Para Castro<sup>7</sup> os cursinhos populares/comunitários se colocam como ações políticas capazes de transformar a realidade social. Vale lembrar Carvalho e Waltenberg<sup>8</sup> que salientam que os gargalos no acesso ao Ensino Superior merecem discussão na medida em que a economia, a produtividade e o desenvolvimento tecnológico do país são altamente comprometidos pela menor qualificação profissional de sua população.

Dentro da UNESP os cursinhos populares se institucionalizaram por meio da extensão universitária. Bacchetto<sup>9</sup> e Groppo et al.<sup>10</sup> apontam importante característica dos Cursinhos Pré-Vestibulares da UNESP: viabilizam por meio da prática de Extensão Universitária alternativas regionais robustas de desenvolvimento e inclusão social, valendo-se da vantajosa inserção de seus Campi em praticamente todas as regiões do Estado de São Paulo.

Neste aspecto, Lins et al.<sup>11</sup> argumentam que a extensão universitária, ao construir o conhecimento acadêmico, não só democratiza o

saber como também traz a comunidade para dentro dos muros da Universidade.

O Cursinho Pré-Vestibular da Faculdade de Odontologia de Araçatuba (UNESP) obedece ao objetivo 4 dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), visando dar acesso ao ensino de qualidade a alunos, tornando-os mais competitivos para o vestibular. O presente estudo reflete sobre o protagonismo de sua ação afirmativa, na medida em que prepara para acesso ao ensino superior jovens e adultos vulneráveis, provenientes tanto do ensino médio de escolas públicas, quanto bolsistas do ensino médio das escolas privadas.

## REVISÃO DA LITERATURA

### o Espaço Universitário

A Universidade, enquanto instrumento de formação e desenvolvimento de indivíduos, altamente comprometida com a transformação da sociedade, se consagra, desde sua criação na Idade Média, como espaço agregador de inúmeros saberes heterogêneos<sup>12</sup>. Para Menezes Neto<sup>13</sup>, expressões deste compromisso são identificadas pelas ações de pesquisa, ensino e extensão, consideradas atividades fim na Universidade, permitindo aos alunos protagonismo na dimensão social do processo ensino/aprendizagem contribuindo na formação crítica do estudante, possibilitando a geração e o compartilhamento democrático<sup>14</sup> de conhecimentos científicos e tecnológicos, além da imersão real do graduando na sociedade<sup>15</sup>. Vale lembrar que a Constituição Federal de 1988, promulgada em 05 de outubro de 1988, em seu artigo 207, define como princípio a "indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão"<sup>16</sup>.

Nunes e Silva<sup>15</sup> ressalvam que a extensão universitária é o caminho da interação entre a universidade e a comunidade na qual ela está inserida, engendrando uma ponte permanente com os diversos setores da sociedade. Via de mão dupla, a extensão universitária leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e recebe dela o retorno das suas reais necessidades, retroalimentando a pesquisa, que por sua vez retroalimenta o ensino<sup>15-17</sup>.

Protagonista no processo dialético entre teoria e prática, a extensão universitária identifica e soluciona desafios por meio de abordagem interdisciplinar e sensível, mediando e integrando saberes a partir da elaboração de ações que conectem diretamente a universidade com a sociedade de forma prática, promovendo o amplo intercâmbio de conhecimentos e experiências<sup>18</sup>. Isto justificaria o equívoco em assumir a implantação de projetos ou a prestação de serviços

assistencialistas à comunidade como extensão universitária<sup>19</sup>.

Piato et al.<sup>12</sup> ressaltam que nesse protagonismo, a Universidade influencia e é influenciada, na medida em que recebe o aprendizado advindo do saber das comunidades com as quais se socializa, além de com elas trocar saberes e valores, criando e recriando conhecimentos acessíveis a todos<sup>20</sup>.

A Extensão Universitária, ao fomentar uma visão crítica e reflexiva, oferta assim o maior suporte ao enfrentamento das injustiças sociais, combate à desigualdade e promoção de valores democráticos na sociedade. Ao criar canais de comunicação entre a universidade e a comunidade, permite que a Universidade conheça as reais necessidades da comunidade, adapte seu ensino e pesquisa a estas demandas, construindo assim soluções coletivas e compartilhadas a problemas eminentes<sup>21</sup>.

#### o Ações Afirmativas

Ação afirmativa pode ser definida como todo e qualquer programa, política pública e iniciativa privada que têm por objetivo alocar recursos, direitos especiais, vagas ou posições a grupo social discriminado em posição de desvantagem na competição, nos processos seletivos ou na representação no campo política e cultural<sup>22,23</sup>.

Segundo Piovesan<sup>24</sup>, as ações afirmativas constituem poderoso instrumento concreto, político compensatório de inclusão social, acelerando o alcance da igualdade substantiva pelos grupos vulneráveis. Para a autora, as ações afirmativas cumprem uma finalidade decisiva para o projeto democrático ao assegurar a diversidade e a pluralidade social uma vez que constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve moldar-se no respeito à diferença e à diversidade.

Gomes<sup>22</sup> acrescenta a concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos discriminatórios alcançados pelas ações afirmativas. Segundo o autor, graças ao seu cunho pedagógico, as ações afirmativas motivam transformações culturais e sociais relevantes, imprimindo nos atores sociais a utilidade e a necessidade da observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano.

Potencializadoras da alocação de recursos e oportunidades, as ações afirmativas podem se referir à participação política, ao acesso à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, a oportunidades de negócios, a bens materiais, a redes de proteção social, bem como ao reconhecimento cultural e histórico<sup>22-25</sup> àqueles que pertençam a grupos socialmente marginalizados<sup>25</sup>.

Feres Júnior e Zoninsein<sup>26</sup> argumentam

que três pilares, justificariam a necessidade das ações afirmativas: reparação histórica, justiça social e diversidade. Temporalmente apoiados no passado, presente e futuro, ao contemplar questões históricas, desigualdades sociais atuais e manifestação das diferenças nos diferentes espaços da sociedade, respectivamente.

Dentro deste contexto, Silva et al.<sup>27</sup> discorrem sobre a importância inconteste das ações afirmativas implementadas no Brasil a partir dos anos 2000, as quais buscam ampliar o acesso ao retorno da educação a grupos socioeconômicos minoritários, permitindo-lhes, ao alcançarem uma melhor qualificação profissional, colocarem-se no mercado de trabalho com maior competitividade, permitindo maior sua participação na sociedade, equilibrando relações.

#### o Cursinhos Pré-Vestibulares Populares

Para Campagni<sup>28</sup> os cursinhos pré-vestibulares, com mensalidades que muitas vezes superam o salário-mínimo, constituem condição “*sine qua non*” para o êxito na corrida pelas vagas em Universidades, representando tanto uma anomalia da educação básica pública e privada, ao sinalizarem, em amplo aspecto, que a oferta da educação no Brasil não absorve a demanda da população, como também ao perpetuarem uma abordagem desigual de acesso ao Ensino Superior por grupos historicamente discriminados<sup>29</sup>.

Em adição, Faria<sup>30</sup> destaca que a busca pelos cursos pré-vestibulares por parte dos estudantes tem motivos distintos, justificados tanto pelo aprofundamento dos conhecimentos necessários para a aprovação em instituições conceituadas, como pelo reflexo da baixa qualidade do Ensino Médio público e privado ofertado.

Dentro deste cenário, os cursinhos pré-vestibulares alternativos ou populares emergiram como iniciativas legítimas visando beneficiar ampla parcela da população privada das condições necessárias para o custeio do seu preparo para o ingresso na vida universitária<sup>31</sup>.

Pereira et al.<sup>32</sup> conceituam os Cursinhos Populares como espaços educativos em resposta às barreiras existentes no acesso ao Ensino Superior por pessoas pertencentes às camadas populares, o que os coloca como robusta ação afirmativa. Embora tenham como foco aprovação nos processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação (exames vestibulares), estes espaços buscam trabalhar ativamente os conteúdos de uma forma dialógica, valorizando as vivências dos sujeitos que compõem estes lugares.

Na esteira desta discussão é preciso destacar dados do Censo da Educação Superior de 2023, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC)<sup>33</sup>: 27% dos concluintes do Ensino Médio em 2022 ingressaram no Curso Superior em 2023. Nesse universo, 59% vieram das escolas privadas

de Ensino Médio, contra 41% das escolas públicas. Houve 4,9 milhões de ingressantes no Curso Superior em 2023, sendo 88,6% (4.424.903) na rede privada e 11,4% (569.089), na rede pública. O ingresso na modalidade EaD representou 66,4% (3.314.402) e em cursos presenciais foi de 33,6% (1.679.590).

Frente a estes dados cabe considerar Mazzilli e Maciel<sup>34</sup>, que já em 2010 alertavam que, Ensino Superior, sobretudo na modalidade pública, tem sido historicamente elitizado, sendo frequentado, de um modo geral, por uma pequena e homogênea parcela da população.

Para Casaut<sup>35</sup> as desigualdades sociais na composição socioeconômica e étnica dos estudantes que ingressam no Curso Superior já se manifestam na própria forma de acesso, uma vez que o vestibular, de caráter classificatório, ao gerar a competitividade, exclui as classes de menor poder econômico, com menor capital cultural. E, segundo o autor, foi este contexto que semeou a criação dos Cursos Pré-Vestibulares Populares: com metodologias de ensino apropriadas dos cursos privados: aulas voltadas para o treinamento para os vestibulares mais concorridos do país. A diferença, porém, está no público atendido: a comunidade carente, proporcionando-lhe o que historicamente sempre lhe foi negado.

Foi em um contexto de luta por políticas afirmativas de reparação dessa desigualdade histórica às portas do ensino superior e se valendo de práticas comuns dos cursos prestigiados, que surgiram os cursos populares<sup>36</sup>.

#### o *Cursinho Pré-Vestibular D.A.C.A. Foa/UNESP*

O curso pré-vestibular ofertado de forma gratuita pela Faculdade de Odontologia de Araçatuba da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Cursinho D.A.C.A., completará no início de 2025 duas décadas de existência. Trata-se de um Projeto Institucional de extensão Universitária, e tem em seu corpo docente graduandos e pós-graduandos dos cursos de Odontologia e Medicina Veterinária do Campus Unesp de Araçatuba. Por meio de processo seletivo, 160 alunos são selecionados, oriundos da rede pública de ensino ou da rede privada, desde que comprove bolsa de no mínimo 70%. Em ambas as situações, os alunos deverão ser concluintes ou estar cursando o último ano do Ensino Médio. A estes são disponibilizadas aulas diárias (período noturno), material didático, ferramentas para acesso à base de dados, acompanhamento pedagógico, além de atividades extracurriculares, tais como a anual Feira de Profissões, com importante contribuição para a escolha profissional<sup>37,38</sup>.

Para Silveira et al.<sup>3</sup> ações afirmativas para que jovens e adultos concluam o ensino médio, fortalecimento de recursos comunitários como

cursos pré-vestibulares gratuitos voltados ao público trabalhador e aos jovens de escolas públicas, assim como a consolidação de políticas de assistência estudantil, têm criado condições fundamentais não só para o acesso, como também para a permanência desses jovens em situação de vulnerabilidade no espaço universitário. Para os autores, na busca da ampliação do acesso ao Ensino Superior, o cursinho pré-vestibular gratuito (ou popular) situa-se estrategicamente na superação e enfrentamento da desigualdade, em uma perspectiva de justiça e equidade social. Os autores destacam ainda que o Cursinho Pré-Vestibular da Faculdade de Odontologia de Araçatuba da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) é nomeado “Cursinho D.A.C.A.” em razão do Diretório Acadêmico Carlos Aldrovandi (D.A.C.A.) apoiar o desenvolvimento do Projeto de Extensão Universitária desde o seu início. Ademais, salientam o atendimento do objetivo 4 dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), na medida em que o Cursinho D.A.C.A. busca dar acesso ao ensino de qualidade a alunos, tornando-os mais competitivos para o vestibular.

Silveira et al.<sup>3</sup> levantaram o perfil dos alunos do Cursinho Pré-Vestibular D.A.C.A. Foa/UNESP. Para tanto, foi utilizado questionário contendo 18 questões fechadas (n = 51). Os autores encontraram como perfil sociodemográfico faixa etária entre 17 a 28 anos (39,2% sexo masculino e 60,8% do sexo feminino), oriundos em grande parte de Araçatuba (49,4%) e Birigui (13,7%). Os alunos eram na sua maioria da rede pública (86,3%) e os núcleos familiares mais prevalentes eram com 3 (31,3%) ou 4 pessoas (21,6%). A renda familiar desses alunos era de 2 salários-mínimos para 31,4%, enquanto 33,3% dos alunos tinham renda familiar variando de 3 a 4 salários-mínimos. Perto de 35,3% dos alunos do Cursinho reportaram que trabalhavam. Quando questionados sobre o grau de escolaridade dos pais, 72,5% dos alunos do Cursinho D.A.C.A. responderam que suas mães não cursaram Instituição de Ensino Superior (IES); e, sobre o pai, este percentual sobre para 76,5%. Reportaram irmãos 82,4% dos alunos; destes, 64,7% são primogênitos e 43,18% têm irmãos cursando IES. As carreiras mais procuradas pelos alunos foram Medicina, Psicologia e Medicina Veterinária, nesta ordem, e, 29,4% almejavam a carreira dos sonhos; para os demais, as questões de mercado e oportunidades guiavam a escolha profissional. Embora o vestibular mais buscado fosse o Vestibular Unesp, chamou a atenção que 72,5% dos alunos do Cursinho D.A.C.A. não conheciam os auxílios de permanência estudantil e 84,3%

desconheciam os serviços de apoio emocional, social e pedagógico oferecidos pela Instituição.

## DISCUSSÃO

Estratégias para lidar com a desigualdade educacional assumem muitas formas, embora talvez o argumento mais frequentemente invocado seja a integração escolar.

Segundo Klein et al.<sup>5</sup>, os cursinhos pré-vestibulares populares/comunitários, enquanto ação inclusiva ao acesso ao Ensino Superior, se colocam como movimentos sociopolíticos de empoderamento, diversidade cultural e cidadania ativa. Whitaker complementam ao associar as ações sociais e de acolhimento à abertura de horizontes, oportunizando perspectivas profissionais. Silva e Silva<sup>40</sup> ampliam a compreensão da ação dos cursinhos pré-vestibulares populares ao situá-los como espaço de reflexão para os seus alunos, sujeitos que percebem as dificuldades para o ingresso em outros níveis de ensino e procuram alternativas para realizar seus objetivos educacionais. Ao mesmo tempo em que se preparam para provas propedêuticas, esses jovens tensionam privilegiados espaços da sociedade, tais como as Universidades, em um processo legítimo de transformação, que os coloca como sujeitos que, ao fortalecerem o senso crítico, refletem e problematizam lutas sociais e outros aspectos da desigualdade a eles impostas e por eles vivenciadas.

Baldan<sup>41</sup> afirma o papel relevante no processo de inclusão de estudantes no ensino superior, democratizando e pluralizando as instituições de ensino superior, além de corroborar para o enfrentamento de políticas excludentes, na construção de um novo projeto societário.

Moreira et al.<sup>42</sup> alertam que o Brasil é um dos países com a maior desigualdade na educação. Na visão desses autores, quanto maior a renda familiar, maior é o acesso ao ensino superior, de tal sorte que, para estes autores, a renda supera qualquer outro fator que possa ser considerado na análise da desigualdade.

Mas observemos que Carmo e Guizardi<sup>43</sup> entendem que a vulnerabilidade é determinada por mais de um fator, e que a condição socioeconômica não pode ser considerada isoladamente, mas sim associada à fragilidade de vínculos afetivos-relacionais e à desigualdade de acesso à serviços e bens públicos.

Santos<sup>44</sup> argumenta que o ingresso na estrutura acadêmica é considerado pela sociedade como um processo de ascensão social, possibilitando ascensão econômica. De um modo geral, a democratização do acesso ao ensino superior é permeada pelo reconhecimento do caráter elitista do nível superior e do filtro

socioeconômico exercido tanto pelos concorridos vestibulares nas Universidades Públicas, como nas altas mensalidades das Instituições Privadas de Ensino Superior<sup>45</sup>.

Senkevics e Carvalho<sup>46</sup> destacam que a fragilidade social fica altamente exposta quando jovens em situação de vulnerabilidade se colocam para uma situação de “não lugar” ao buscarem o ingresso no Ensino Superior, que se lhes apresenta dentro de um restrito arco de escolhas possíveis, que lhes permitisse construir uma perspectiva de futuro em longo prazo.

E nesse âmbito Veloso e Maciel<sup>47</sup> reforçam que cabe discutir o caráter multidimensional e indissociável do acesso efetivo ao Ensino Superior: ingresso, permanência e qualidade da formação. Mendes<sup>48</sup> justifica o prejuízo de uma visão simplista do ingresso no Ensino Superior, não considerando a necessidade da implementação de políticas de permanência em sentido amplo que considerem, além do aspecto econômico, as fragilidades sociais, educacionais e culturais destes alunos, viabilizando o seu ingresso de fato efetivo.

Não seria desproporcional citar Mitrulis e Penin<sup>4</sup> e Whitaker<sup>49</sup> para os quais a inclusão de jovens dos segmentos populares em instituições públicas de ensino superior implicam no caminho indissociável entre socialização e aprendizagem, na medida em que a incorporação de referências sociais e pessoais significativas no contexto curricular, deve ser capaz de suscitar uma relação com o conhecimento não somente pelo seu valor instrumental, mas, principalmente, pelo potencial de construção da sua própria identidade, da sua leitura de mundo, e do relacionar-se consigo mesmo e com o outro.

## CONCLUSÃO

Cursinhos pré-vestibulares gratuitos voltados ao público trabalhador e aos jovens de escolas públicas, integram um conjunto de ações afirmativas que buscam criar condições fundamentais para o acesso e a permanência de jovens em situação de vulnerabilidade no espaço universitário. O curso pré-vestibular ofertado de forma gratuita pela Faculdade de Odontologia de Araçatuba da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Cursinho D.A.C.A., resultante de política de extensão universitária, se caracteriza pela robustez de seus objetivos coletivos e transformadores, abrindo as portas da Universidade para a sociedade, garantindo condições concretas para a democratização do ingresso no Ensino Superior.

## REFERÊNCIAS

1. Shavit Y, Blossfeld HP. Persistent Inequality: Changing Educational Attainment in Thirteen Countries. *Br J Educ.* 1994;42 (4):413-15.

2. Souza ACG. Dos exames de admissão ao vestibular: reflexões iniciais[monografia]. Diadema: Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas; 2022.
3. Silveira LSB\*, Correa AS, Gasques BSS, Ladeia KRR, Santos LC, Bento VAA et al. Espaço universitário: vivência e cidadania na perspectiva de ações para acesso ao ensino superior de grupos vulneráveis. In: Alves Rezende MCR, Guiotti AM, Salzedas LMP. Anais SimpOdonto 2022 - Simpósio em Odontologia da FOA/UNESP. Arch Health Invest. 2022;11(Spec Issue 12):31.
4. Mitrulis E, Penin STS. Pré-vestibulares alternativos: da igualdade à equidade. Cad Pesqui. 2006;36(128):269-98.
5. Klein R, Fontanive N, Carvalho JCB. O desempenho de alunos dos Cursos Pré-vestibulares Comunitários no ENEM 2006: análise de um possível impacto da capacitação de professores. Ensaio aval pol públ Educ. 2007;15(56):373-92.
6. Zago N. Pré-vestibular popular e trabalho docente: caracterização social e mobilização. RCE. 2009;4(8):260-79.
7. Castro CA. Cursinhos alternativos e populares: geografia das lutas. Curitiba: Appris; 2020.
8. Carvalho MM de, Waltenberg FD. Desigualdade de oportunidades no acesso ao Ensino Superior no Brasil: uma comparação entre 2003 e 2013. Econ Aplic, 2015; 19(2):369-96.
9. Bacchetto JG. Cursinhos pré-vestibulares alternativos no município de São Paulo (1991-2000): a luta pela igualdade no acesso ao ensino superior [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo; 2003.
10. Groppo LA, Oliveira ARG, Oliveira FM. Cursinho popular por estudantes da universidade: práticas político-pedagógicas e formação docente. Rev Bras Educ. 2019;24:e240031.
11. Lins L, Oliveira MMV, Cattony ACE, Batista CR, Schmitz PD. Extensão universitária e inclusão social de estudantes do ensino médio público. Trab educ saúde. 2014;12(3):679-94.
12. Piatto RS, Capalbo LC, Alves Rezende MIR, Lehfeld LS, Alves Rezende MCR. O papel da Universidade Aberta à Terceira Idade na educação ambiental. Arch Health Invest. 2014;3(5):66-71.
13. Menezes Neto PE. Universidade: ação e reflexão. Fortaleza: Edições UFC Imprensa Universitária, 1983.
14. Mendes EL, Minghelli M, De Mari CL. A extensão universitária na Ciência da Informação: uma abordagem crítico participativa. RDBCI. 2023;21:e023004.
15. Nunes ALPF, Silva MBC. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. Mal-Estar e Sociedade. 2011;4(7):119-33.
16. Brasil. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília/DF.
17. Pivetta HMF, Backes DS, Carper A, Battistes ALHT, Marchiori M. Ensino, pesquisa e extensão universitária: em busca de uma integração efetiva. Linhas Críticas 2010;16(31):377-90.
18. Silva O. O que é extensão universitária. Integração: ensino, pesquisa e extensão. 1997;3(9):148-9.
19. Esteve Campos EF. Ensino, pesquisa, extensão: contribuições da pesquisa-ação. Rev Actual Investig Educ. 2020;20(1):533-51.
20. Oliveira DA dos S, Bernet RR, Hoyos DC de M. The transformative integration of university extension and education in communities. Seven Editora. 2024:576:82.
21. UNESP. Pro-Reitoria de Extensao Universitaria. Guia da Extensão Universitária da UNESP. 3. ed. – Sao Paulo: UNESP, PROEX, 2012.
22. Gomes JBB. Ação afirmativa e o princípio constitucional da igualdade. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
23. Feres Júnior J, Daflon VT, Campos LA. Ação afirmativa, raça e racismo: uma análise das ações de inclusão racial nos mandatos de Lula e Dilma. Revista de Ciências Humanas, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 399-414, 2012.
24. Piovesan F. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. Cad. Pesqui. 2005;35(124):43-55.
25. Laurentino T, Almeida J, Fernandes I. Estado, racismo e ações afirmativas para promoção da igualdade racial: dilemas no capitalismo. Psicol. Soc. 2023;35:e277117.
26. Feres Júnior JF, Zoninsein J. Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas. Brasília: UnB, 2006.
27. Silva GD, Teixeira EC, Costa LV. Efeito das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro. PPE. 2021; 51(1):137-59.
28. Campagni CR. Cursinhos Populares enquanto Ação Afirmativa: um estudo de caso [dissertação]. Rio Claro: Instituto de Biociências, Unesp; 2022.
29. Whitaker D, Kato DS. Educação, sociologia e cursinhos populares: entrevista com Dulce Whitaker. Cadernos CIMEAC. 2013;3(1):5-12.
30. Faria R. 2006. Gabarito apertado. Ideia Plena, 1:18-19.
31. Soares DHP, Krawulski E, Dias MSL, D'Avila GT. Orientação profissional em contexto coletivo: uma experiência em pré-vestibular popular. Psicol. cienc. prof. 2007;27 (4):746-59.
32. Pereira TI, Raizer L, Meirelles M. A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares. REP. 2010;17(1):86-96.
33. Ministério da Educação (MEC). Censo da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. 2023.
34. Mazzilli S, Maciel AS. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: caminhos de um princípio constitucional. In: Reunião Anual Da Anped, 33., 2010. Caxambú . Anais [...] Caxambú , MG: Anped, 2010.

35. Casaut RC. Cursinhos populares da UNESP: Histórico, Conquistas e Desafio [dissertação]. Araraquara: Instituto de Química, Universidade Estadual Paulista; 2019.
36. Medeiros CA. Ação afirmativa e promoção da igualdade racial: uma visão comparativa. In: Silvério V, Moehlecke S. (Orgs.), Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban; 2009. (pp. 55-76). Edufscar.
37. Ito LTS, Santos Neto OM, Carvalho KA, Castro AHL, Arikawa YMT, Casemiro PAF et al. Cursinho Pré-Vestibular D.A.C.A.: trabalhando o dilema das escolhas profissionais. Arch Health Invest 2016;5 (Spec Iss 2):24.
38. Brasilino MS, Santos LFP, Momesso GAC, Soubhia AMP. Experiência docente no cursinho pré-vestibular: reflexão sobre a contribuição na formação acadêmica e social do graduando. Arch Health Invest 2013; 2(Suppl.2):22.
39. Merry MS, Agirdag O. Majority-minority Educational Success Sans Integration: A Comparative-International View. Rev Black Political Econ. 2023. 50 (2):194-221.
40. Silva BVG, Silva ECH. Escritas de si, gênero e cursinho pré-vestibular popular: olhares para as juventudes em espaços não escolares de formação. TPE. 2021;24(1):58-77.
41. Baldan M. Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia. Reveduc. 2024;18(1): e446059.
42. Moreira GO, Ferraresi FH, Carvalho EM, Amaral E. Inclusão social e ações afirmativas no ensino superior no Brasil: para quê? Ensino superior Unicamp. 2017;17:11/08/2017.
43. Carmo ME, Guizardi FL. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. Cad Saúde Pública 2018;34 (3):e00101417.
44. Santos MDC. Educação, cidadania e reconstrução de identidades. O caso da Cooperativa Stive Biko [dissertação]. Salvador: Faculdade de educação (FACED), Universidade Federal da Bahia (UFBA); 1997.
45. Santos R. E depois da escola? Desafios de jovens egressos do ensino médio público na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.
46. Senkevics AS, Carvalho MP. Juventude e acesso ao ensino superior: sobre o não lugar de vestibulando. Educ rev. 2023; 39:e41621.
47. Veloso TCMA, Maciel CE. Acesso e permanência na educação superior—análise da legislação e indicadores educacionais. Rev Educ Questão. 2015;51(37):224-50.
48. Mendes MT. Políticas de Reconhecimento e de Redistribuição na Permanência Estudantil. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2020.
49. Whitaker DCA. Da “invenção” do vestibular aos cursinhos populares: Um desafio para a orientação profissional. Rev Bras Orientac Prof. 2010;11(2):289-97.

## **CONFLITO DE INTERESSES**

Os autores declaram não haver conflitos de interesse

## **AUTOR PARA CORRESPONDÊNCIA**

**Maria Cristina Rosifini Alves Rezende**

Departamento de Materiais Odontológicos e Prótese  
Faculdade de Odontologia de Araçatuba  
UNESP – Universidade Estadual Paulista  
Rua José Bonifácio, 1193 – Vila Mendonça  
16015-050 Araçatuba – SP, Brasil  
E-mail: cristina.rosifini@unesp.br

**Submetido em 10/09/2023**

**Aceito em 31/10/2024**